

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.376 - SP (2019/0190210-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : APARECIDA DE LOURDES CASTADELLI**  
**ADVOGADOS : FABIO ROGERIO DA SILVA SANTOS - SP304758**  
**MARCEL MASSAFERRO BALBO E OUTRO(S) - SP374165**  
**AGRAVADO : NAYARA ANICETO ALONSO 36847023821**  
**AGRAVADO : BRUNA BARRETO FERNANDES DE ALMEIDA**  
**ADVOGADOS : MARINA PERINI ANTUNES RIBEIRO - SP274149**  
**FRANCISCO WITZLER ANTUNES RIBEIRO E OUTRO(S) -**  
**SP167736**  
**LIGIA VASCONCELLOS MACHADO SILVA - SP359499**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão por meio da qual a Presidência desta Corte não conheceu do recurso especial (fls. 302/304, e-STJ):

A parte agravante alegou, em suas razões, que teria demonstrado a violação aos dispositivos de lei federal e o cotejo analítico entre os acórdãos.

Diante das razões do agravo, reconsidero a decisão recorrida e passo à análise do recurso.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 212, e-STJ):

Apelação - Indenização por dano moral - Cerceamento de defesa e vício de citação não configurados - Publicação jornalística - Teor da reportagem que não demonstra características sensacionalistas - Fotografia que apenas facilita a identificação da vítima, sem denigrir a sua imagem ou a de seus familiares - A divulgação do fato está abrangida pelo direito de liberdade de imprensa - Sentença reformada - Recurso a que se dá provimento.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 12, caput e parágrafo único, 20, 186, 927 do Código Civil e 384 do Código de Processo Civil de 2015.

Requer, em síntese, a condenação da parte ré ao pagamento de

compensação por danos morais. Argumenta que a imagem do seu falecido marido foi utilizada, sem o consentimento da família, em uma reportagem sensacionalista que afirmou ter ocorrido a morte por conta de suicídio.

Afirma ter havido violação aos princípios da intimidade e da privacidade.

Aduz que o Tribunal de origem não atribuiu o devido valor jurídico à ata notarial que foi juntada à inicial.

Assevera que o seu recurso pretende a mera reavaliação de provas, procedimento que não encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 267/276, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 279/280, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, consignou que a matéria divulgada na página da *Internet* tinha caráter informativo, de interesse público, não tendo comprometido ou depreciado a imagem da vítima ou de seus familiares. Asseverou, ainda, que não havia o intuito de lucro na publicação do informativo. Afastou, dessa forma, a compensação por danos morais que havia sido deferida em sentença.

Transcrevo, a seguir, excertos do acórdão proferido pela Corte estadual (fls. 215/217, e-STJ):

No entanto, a condenação por dano moral deve ser afastada.

A notícia em questão, relatada na sentença, tem o seguinte teor:

"Um homem de 60 anos de idade morreu afogado nesta quinta-feira (14) no Balneário de Paraguaçu Paulista. Segundo informações, por volta de meio-dia o homem, identificado como Sérgio Castadelli, foi até o local em um táxi e tentou entrar no Balneário, onde se identificou como André. Mas, como o local está fechado para o público, sua entrada não foi permitida. Ele então foi até a ponte, conforme apurado, e entregou uma carta

ao taxista, com o nome e o telefone de sua esposa. Em seguida, ele pediu ao homem que retornasse por volta de 40 minutos mais tarde para buscá-lo, desceu da ponte e nadou até o meio do rio, onde acabou morrendo afogado. De acordo com informações, Sérgio tinha problemas psiquiátricos e passava por depressão. Ele deixa esposa Lurdes e filhos Daiane e Mário."

Embora a notícia seja rica em detalhes, não vislumbro características sensacionalistas.

Como já exposto no Agravo de Instrumento interposto, ainda que se lamente a situação vivida pela viúva e seus familiares, a divulgação do fato está abrangida pelo direito de liberdade de imprensa.

A foto do falecido estampada na reportagem apenas ilustra a reportagem, servindo tão somente à prestação de serviço de informação de interesse público.

A divulgação da fotografia em nada denigre a imagem do falecido, servindo apenas para facilitar a identificação da vítima.

A reportagem não desabona minimamente o falecido e/ou seus familiares. Houve apenas uma coleta de informações de forma minuciosa, fornecida, possivelmente, por alguém que presenciou o ocorrido, mas esta circunstância não permite o reconhecimento do dano moral pretendido.

A liberdade de imprensa e informação (artigo 5º, incisos IX e XIV e 220, da Constituição Federal), são princípios constitucionais, não merecendo qualquer restrição quando exercida com responsabilidade.

Neste caso concreto, o teor da matéria divulgada e a foto que a acompanhou, mera ilustração de matéria de caráter informativo, de interesse público, não comprometem a imagem do autor ou a deprecia, não evidenciando ainda o intuito de auferir lucros.

Portanto, inexistente, neste caso concreto, qualquer ato lesivo à imagem do falecido e/ou dos seus familiares passível de indenização por danos morais.

3. Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, DOU PROVIMENTO ao recurso para afastar a condenação das rés ao pagamento de indenização por dano moral.

A revisão dessas premissas exigiria o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Cumpra registrar, ainda, que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora